

# A corrida de barreiras da indústria brasileira

Fernando Valente Pimentel\*

Não é novidade constatar que os níveis de competitividade da indústria nacional encontram-se aquém daqueles necessários à sua inserção robusta nos mercados globais e que perdeu o posto de principal motor do crescimento sustentado. Porém, algumas análises não se aprofundam nas causas reais dessa condição de relativa estagnação setorial.

Por isso, cabe avaliar com mais atenção artigo do economista Edmar Bacha, intitulado “*Por que a indústria brasileira encolheu tanto?*”, publicado em 17 de julho último no *Valor Econômico*. O texto identifica a perda de competitividade do setor, mas não faz ponderações sobre as causas, que não parecem estar em alguma deficiência intrínseca às empresas. Bacha, cuja competência deve ser sempre ressaltada, assim como seu papel importante no advento do Plano Real, cujos 30 anos comemoramos em 2024, não considerou a formação dos custos dos produtos industriais e a rentabilidade efetiva da atividade, variáveis essenciais para cálculos de decisão econômica.

O setor, como os demais, enfrenta muitas barreiras: brutal tributação inserida nas cadeias de valor; elevados custos nos contratos e distratos trabalhistas; ônus da previdência social mais cara do planeta; e insegurança jurídica. Porém, é apenas de modo mais específico por outros fatores relevantes: impostos ainda maiores do que os das outras atividades; enorme dificuldade de acesso ao crédito com taxas razoáveis; longos ciclos de políticas macro com juros punitivos e câmbio apreciado (não competitivo); e concorrência desleal permitida a mercadorias similares importadas, como as que hoje são vendidas com privilégios tributários pelas plataformas de *e-commerce*, em ostensiva desigualdade frente aos produtos *made in Brasil*.

Há, ainda, a falsificação, o contrabando e o descaminho, que provocam *dumping* dos preços no mercado interno, em claro

desrespeito à segurança e à boa-fé dos consumidores. Segundo o Fórum Nacional Contra a Pirataria e a Ilegalidade, esses ilícitos provocaram, só em 2023, perdas de R\$ 302 bilhões sobre 15 setores produtivos, a grande maioria na área industrial, além de uma evasão fiscal de R\$ 139 bilhões.

O “Custo Brasil” é estimado como monstruosa sobrecarga anual de R\$ 1,7 trilhão em relação à média dos países da OCDE. Se incluíssemos a China na conta, a diferença seria ainda maior. Assim, é prioritária a agenda para diminuí-lo, na qual cabe concluir uma reforma tributária que, de fato, reduza o peso dos impostos sobre o valor adicionado e não só o mantenha, como se pretende. Também urge conter a expansão doentia da despesa pública, que rouba a produtividade nacional pela exagerada transferência de recursos do setor privado para o público. Esta é a raiz mais profunda da estagnação da produtividade. Por isso, é imperativo realizar a reforma administrativa, orçamentária e financeira, além de corrigir os demais fatores que oneram a atividade empresarial.

A indústria está muito atuante nesse sentido e buscando fazer a lição de casa do aporte tecnológico e produtividade. Prova desse empenho é que, nos 30 anos do Real, a inflação geral acumulada foi pouco superior a 750%. No mesmo período, os preços do vestuário, por exemplo, evoluíram cerca de 450%. Este segmento, no qual milito há muitos anos, foi o que menos majorou seus produtos, enquanto investia e aumentava sua produtividade, transferindo os ganhos para a sociedade. São avanços difíceis num ambiente de árdua competição do setor e de toda a indústria do Brasil contra empresas concorrentes em países com subsídios e arcabouço regulatório diferentes do nosso e, na maioria dos casos, muito mais amigáveis em termos de custos de produção e operação.

Enfrentamos, ainda, limitações quanto à mão de obra qualificada, problema estrutural da educação pública nacional, que segue sem a devida qualidade. É algo que afeta de modo mais incisivo um setor que exige capacitação elevada dos profissionais. Por esse motivo, a indústria, além dos altos encargos trabalhistas, investe pesados recursos em formação de recursos humanos. Trata-se de ônus adicional significativo.

A agropecuária brasileira, com a qual a indústria é comparada no artigo de Bacha, movida pela capacidade de seus produtores e pesquisas da Embrapa e outras instituições, soube, de fato, ocupar os espaços mercadológicos globais. No entanto, embora conte com mais estímulos e melhores condições de financiamentos do que a manufatura e a despeito do seu meritório êxito, o agro tem segmentos que ainda não alcançaram níveis elevados de desenvolvimento e/ou competitividade em escala planetária.

Há de se considerar que a indústria de transformação não tem sido priorizada no País. Há muito tempo não conta com um programa, como o Plano Safra, com vultoso aporte anual de recursos e taxas de juros mais baixas. Além disso, embora represente 15,3% do PIB, paga desproporcionais 34,8% do total de tributos federais e tem um exclusivo que onera seus custos: o IPI. O agro representa 7,1% do PIB e responde por 0,6% dos impostos federais.

Com o mesmo volume de recursos (cerca de R\$ 500 bilhões anuais), taxas de juros e nível de tributação do agro, a indústria de transformação também teria avançado mais em sua competitividade. A propósito, novo relatório da Fiesp aponta que, em 2023, as atuais distorções do sistema tributário custaram R\$ 144 bilhões ao setor, que paga mais impostos do que os demais. Espera-se que a reforma, em seu processo de regulamentação no Congresso Nacional, estabeleça alíquotas mais equânimes para todos e não aumente a carga total.

Cabe ressaltar que, a despeito de todas as barreiras que tem enfrentado ao longo das últimas quatro décadas, a indústria responde por 66,6% das exportações brasileiras de bens e serviços, 66,8% dos investimentos nacionais em P&D e 24,4% da arrecadação previdenciária. Mantém mais de 11 milhões de postos de trabalho, emprega 21,2% de todos os trabalhadores formais do Brasil e paga os melhores salários (R\$ 11,78 mil para os que têm Ensino Superior, ante média nacional de R\$ 8,21 mil; e R\$ 3,09 mil para quem tem o Ensino Médio, contra R\$ 2,71 mil no País). Ademais, apresenta o maior fator de multiplicação, gerando R\$ 2,44 para cada R\$ 1,00 que produz. Na agropecuária esse índice é de R\$ 1,71 e no comércio e serviços, R\$ 1,52.

Apenas o importante fomento do agro e dos serviços, conforme atesta a realidade de nossa economia, inserida na armadilha da renda média, não tem sido suficiente para promover ampla inclusão socioeconômica, garantir crescimento sustentado em patamares consistentes, entre 3% e 4% ao ano, e elevar o grau de desenvolvimento. Para conquistarmos esses avanços, a indústria de transformação é decisiva, merecendo políticas mais efetivas e duradouras para sua modernização, ganhos de produtividade e níveis de competitividade compatíveis com a acirrada concorrência no mercado global. Contradiz o ideal da *olimpíada econômica* correr na mesma pista dos concorrentes, mas com barreiras somente na nossa raia.

**\*Fernando Valente Pimentel** é diretor-superintendente e presidente emérito da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit).